

O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito^(*)

Angela de Castro Gomes^(**)

1- Um conceito, muitas histórias

Não importa qual seja a escolha realizada; escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco. Por incompletude ou por “má” compreensão, por adesão ou por rejeição, o texto será alvo fácil para críticas de todas as espécies. Neste sentido, o destino de qualquer reflexão que trate do tema, reproduz, em certa medida, o próprio destino de seu objeto de estudo.^(***)

Consciente, portanto, de tais percalços, este trabalho assume uma abordagem historiográfica para enfrentar o “tema” do populismo. Trata-se de acompanhar a trajetória de um conceito na produção acadêmica da história e das ciências sociais no Brasil, tendo por base um período aproximado que decorre de meados dos anos 50 até os dias atuais. Tal desejo já é por si só ambicioso e exige uma estratégia altamente seletiva de operacionalização. Portanto, não se pretende, de nenhuma forma, nem discutir a questão dos significados do conceito em outras experiências históricas (como a russa ou norte-americana), nem estender as observações aqui formuladas a outras vivências latino-americanas e nem mesmo tentar esgotar o debate sobre o tema em nosso país. O objetivo deste texto é procurar identificar e delinear as principais propostas elaboradas para conformar a categoria na experiência brasileira, situando tão somente alguns contextos, autores e textos. Desta forma, seria possível sistematizar os rumos de uma formulação, ainda que com muitas ausências, localizando, de maneira esquemática, argumentos e questões centrais de um debate que se prolonga até hoje.

^(*)Este texto foi apresentado no XI Congresso Internacional da Associação de Historiadores Latinoamericanistas Europeus (AHILA), realizado na Universidade de Liverpool de 17 a 22 de setembro de 1996.

^(**)Professora Titular de História do Brasil, Universidade Federal Fluminense, UFF . Autora de *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

^(***)Mas, assumindo todas as responsabilidades, desejo agradecer os comentários do colega Daniel Aarão Reis a uma versão preliminar deste texto.

De início, convém observar que se trata de um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado uma cultura política nacional. Ou seja, o exame da categoria exige o reconhecimento da ocorrência de seu deslizamento de uma retórica sociológica erudita para uma retórica política popular, presente nos meios de comunicação de massa e no senso comum da população.

Valorar este fato é importante, porque ele pode ajudar a esclarecer alguns aparentes paradoxos. Se o conceito ainda vem sendo utilizado e defendido na academia como de valor, vem igualmente sendo sistemática e fortemente criticado, e mesmo abandonado, por integrantes da mesma academia. Tal debate, que se realiza há mais de uma década, pelo menos, evidencia tanto as variações de sentido do conceito, quanto seus graus de resistência e virtualidade.

Contudo, este nível de questionamento parece não afetar em praticamente nada a aceitabilidade e trânsito do mesmo conceito no uso corrente da sociedade, pois aí ele tem um significado preciso e incorporado à memória coletiva daqueles que, em graus variados, têm participação política: o de estigmatizador de políticos e da política em nosso país. São populistas os políticos que enganam o povo com promessas nunca cumpridas ou, pior ainda, os que articulam retórica fácil com falta de caráter em nome de interesses pessoais. É o populismo, afinal, que demonstra como “o povo não sabe votar” ou, em versão mais otimista, “ainda não aprendeu a votar”. Daí decorrem uma série de desdobramentos lamentáveis que, no limite e paradoxalmente, podem justificar a supressão do voto em nome da “boa política”. Desta forma, o princípio da classificação, que identifica a categoria na experiência brasileira, acabou por ser associado a um critério de valor que hierarquiza e condena in totum o populismo e tudo que ele possa adjetivar.¹

Naturalmente, este texto não pretende investigar a mecânica do deslocamento acima referido, o que remeteria a reflexão ao interessante e difícil terreno da transformação das idéias políticas em elementos integrantes do vocabulário da cultura política de um país, numa certa época. Mas, é o que se deseja ressaltar, seria impossível pensar, mesmo que simplificada, a trajetória acadêmica do conceito, ignorando sua apropriação mais ampla, já que ela mesma passa a atuar como força de pressão e conformação dos debates que se desenvolvem sobre sua utilização de uma forma abrangente.

2- O contexto das primeiras formulações

Reservas feitas à fluidez de toda tentativa de periodização, a escolha do marco inicial deste texto recaiu em meados da década de 50, quando a academia vivia a juventude de seus vinte e poucos anos e era muito recente o interesse dos cientistas sociais em construir análises sobre a estrutura do poder nacional. Pode-se

¹ Luis Fernando Dias Duarte. “Classificação e valor na reflexão sobre identidade social”, em Ruth Cardoso (org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*, 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

simbolicamente assinalar, como ponto de partida deste processo, as reuniões periódicas realizadas, a partir de agosto de 1952, por um grupo de intelectuais, visando discutir os problemas políticos, econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento do país. Como tais reuniões, patrocinadas pelo Ministério da Agricultura, ocorriam em Itatiaia _ a meio caminho do Rio e São Paulo _ , o grupo ficou conhecido como Grupo de Itatiaia.²

São eles que, já em 1953, criam o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e, no mesmo ano, começam a publicar os *Cadernos do nosso tempo*.³ Esta publicação seria considerada o berço da ideologia nacional-desenvolvimentista que cresceria no decorrer da década, sendo o IBESP o núcleo básico para a organização do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB.⁴

Este seleto grupo intelectual tinha como objetivo mais imediato formular uma interpretação para a crise nacional em curso, interpretação que pretendia esclarecer e mobilizar as forças progressistas do país, tendo em vista o desencadeamento de um movimento amplo em prol de reformas de base. A atuação destes intelectuais aposta, portanto, no papel de uma vanguarda esclarecida que, produzindo uma nova visão de mundo, abasteceria projetos políticos capazes de solucionar problemas estratégicos por eles identificados e equacionados.

Um dentre os principais problemas divisados na agenda do grupo é o do surgimento do populismo na política brasileira. Ele pode ser sugestivamente exemplificado, neste texto, por um pequeno ensaio intitulado: *Que é o Ademarismo?*. Publicado durante o primeiro semestre do ano de 1954, portanto antes do suicídio do presidente Vargas, o artigo tem como preocupação e móvel imediato a projeção do político paulista, Adhemar de Barros, como candidato à sucessão presidencial de 1955. Sem autor identificado, o ensaio considera imperativo responder à pergunta-título, de forma a situar precisamente a que tipo de manifestação política se está assistindo.

De maneira breve, descarta-se a identificação do ademarismo a uma expressão da política de clientela, embora ele também se beneficie de práticas clientelísticas. Neste sentido, ainda que disponha de um partido, o Partido Social Progressista (PSP), sua influência, especialmente sobre o eleitorado de base rural, é de ordem pessoal. Assim, é o líder que dá substância ao partido, e não a máquina eleitoral que sustenta o líder, como aconteceria no caso dos políticos do Partido Social Democrático (PSD). Por outro lado, também não se trata de um fenômeno típico de política ideológica, embora o líder paulista exerça um certo apelo difuso desta natureza em relação a seu eleitorado urbano, reconhecido como amplo e diversificado.

² Participam do grupo e colaboram em sua publicação, dentre outros, nomes como os de Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e com destaque para esta reflexão, Hélio Jaguaribe.

³ O ano de 1953 é pleno de eventos significativos na história política brasileira. É o ano da campanha do “Petróleo é nosso”, da grande greve que mobilizou a cidade de São Paulo e da reforma ministerial do governo Vargas, por exemplo. Não é casual o **boom** ocorrido na área da reflexão social na segunda metade da década, aquela dos anos JK.

⁴ O IBESP, recém-formado, conveniou-se com a CAPES, liderada por Anísio Teixeira, para realizar um seminário sobre os problemas brasileiros. Esta é a origem do processo de transformação do IBESP em ISEB, ambos responsáveis por estudos que seguiam, no fundamental, as formulações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Simon Schwartzman (seleção e introdução). *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de nosso tempo”*, Brasília, UnB, 1981.

A classificação que lhe convém e que o artigo frisa como freqüentemente utilizada na linguagem corrente é a de populismo. Porém, o que se ressalta logo a seguir, é a ausência de esforços para a conceituação deste fenômeno nas condições brasileiras e a necessidade de empreender tal tarefa.⁵ De uma forma bem esquemática, pode-se dizer que o ensaio aponta duas condições fundamentais para a emergência/caracterização do populismo. Atuando como variáveis histórico-sociais, elas terão longa carreira em inúmeras formulações posteriores, integrando-se ao esforço coletivo empreendido no campo das ciências sociais.

Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, ele é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As massas, interpeladas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação desta condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou, o que seria quase o mesmo, a aquisição da verdadeira consciência de classe. A influência marxista é apontada então como perniciosa por associar, de forma rápida e descuidada, fenômenos populares a fenômenos progressistas/de esquerda, sem atentar para o caráter reacionário de manifestações políticas como o populismo.

Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. Finalmente, satisfeitas estas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder.

É da combinatória dinâmica destas condições que uma certa configuração política pode ou não se desenhar, sendo a razão pela qual o Brasil assistiu e poderia ainda assistir, segundo projeções do ensaio, a bem sucedidas manifestações populistas.

O que importa aqui destacar é a seleção de variáveis histórico-sociológicas efetuada para a construção do modelo, bem como o perfil dos atores que o integram: um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo subordina instituições (como o partido, embora com ele conviva) e transcende fronteiras sociais (de classe e entre os meios urbano/rural).

O ademarismo, em meados dos anos 50 e o janismo, mais para o final da mesma década⁶, atualizariam questões que o getulismo já delineara desde os anos 40, impondo às ciências sociais brasileiras um campo de reflexão tanto mais significativo, quanto igualmente compartilhado por outras comunidades intelectuais latino-americanas. Pode-se dizer assim, que a questão do populismo não mais abandonaria o horizonte das

⁵ Ver "Que é o Ademarismo?", em Simon Schwartzman, op. cit., p. 23-30.

⁶ Vale observar que, também em meados dos 50, começam a surgir estudos de sociologia eleitoral, como o artigo de Azis Simão, "O voto operário em São Paulo", *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, São Paulo, 1955.

formulações deste campo de estudos, sendo possível entender porque os cientistas sociais paulistas foram particularmente sensíveis às análises deste fenômeno político, que se manifestava de forma expressiva nos momentos de competição eleitoral no estado e na capital.⁷

Uma forma simples e ilustrativa de acompanhar o fluxo das reflexões realizadas é traçar brevemente a trajetória de Hélio Jaguaribe, um dos sociólogos de maior destaque no Grupo de Itatiaia. Como os demais colaboradores dos *Cadernos do nosso tempo*, Jaguaribe está concentrado no esforço de compreensão da crise dos anos 50, solidamente dramatizada pelo suicídio de Vargas e pelos episódios acontecidos durante a tentativa de impedir, em novembro de 1955, a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Neste contexto, as formulações sobre o fenômeno populista estão imersas na temática mais abrangente do nacional-desenvolvimentismo, sendo entendido como uma manifestação da transição dos países latino-americanos de uma fase de economia dependente de base agrário-exportadora, para uma fase moderna de expansão urbano-industrial, em que a existência das massas é uma das características.

Portanto, dos anos 40 aos 60, o populismo teria como que duas faces absolutamente indissolúveis. A econômica, traduzida pelo processo de industrialização em curso, reconhecido como exitoso, no país; e a política, mais complexa e ambígua em termos de diagnósticos, materializada pela experiência de democracia (relativa, porém ímpar), exemplificada pelos anos JK. Os inícios da década de 60, com a emergência da figura do presidente João Goulart, o herdeiro de Vargas, e de seus competidores, Leonel Brizola e Miguel Arraes em particular, elevam o tom do debate que, como todos os demais, sofrerá o impacto do movimento militar de 1964.

O fenômeno do populismo passa então a integrar, com destaque, a nova agenda de investigações que visava responder a uma grande e crucial questão: quais foram as razões do golpe? É neste contexto intelectual e político que uma associação fundamental é traçada: as causas do golpe deitavam raízes no esgotamento da experiência populista, que passa a possuir uma clara periodização. Ela tem inícios em 1930, quando eclode o movimento militar liderado por Vargas, e se conclui em 1964, quando do movimento militar que depõe João Goulart. Desta forma, tanto o tema quanto o período se transformam num imperativo de pesquisa na área das ciências sociais. De 30 a 64 vive-se o “ciclo populista” e este adjetivo passa a se estender a diferentes substantivos.

Muitos intelectuais trabalharão nesta área. Alguns, como Jaguaribe, continuando uma reflexão que mantém laços de continuidade compreensíveis com o que já vinha sendo produzido. Ele se destaca, por exemplo, ao integrar um importante volume, organizado para circulação internacional por Celso Furtado, a convite de Jean Paul Sartre, em 1968 e que seria publicado posteriormente em português com o título: *Brasil: tempos modernos*.⁸ A partir desta data, e com o endurecimento trazido pelo AI-5, o

⁷ Além das figuras referenciais de Florestan Fernandes e Azis Simão, grandes lideranças nos estudos sobre a questão racial e a questão da participação política dos trabalhadores, este grupo de cientistas sociais será integrado por nomes que se tornarão obrigatórios, até hoje, nestas áreas de investigação.

⁸ O livro é da editora Paz e Terra, no Rio de Janeiro, e o artigo de Jaguaribe é “Brasil: estabilidade social pelo colonial-fascismo?”, p 49-76. Participam da publicação, além de Celso Furtado, José Leite Lopes, Antonio Callado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e também Francisco Weffort.

curso dos acontecimentos políticos recebe um novo impacto, para só tornar a sofrer uma inflexão quando da posse do presidente Geisel, em 1974. Jaguaribe estará lançando, neste mesmo ano, *Brasil: crise e alternativas*⁹, com toda a primeira parte destinada a um balanço sobre a natureza e a crise do populismo brasileiro. Escrito como uma conferência, pronunciada em 1973 no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), vinculado às Faculdades Cândido Mendes, o texto aponta a preocupação do autor não mais com as origens do regime militar, mas com seu futuro que assinala movimentos de flexibilização.

Em São Paulo, ao longo deste período, um grande grupo se formara, reunindo sociólogos, cientistas políticos, economistas e historiadores, como Juarez Brandão Lopes, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues, Emir Sader, Francisco de Oliveira, Boris Fausto e José Álvaro Moisés, dentre outros. Devido aos limites e objetivos deste texto, é impossível apresentar contribuições tão numerosas e significativas. A intenção é tão somente registrar a importância de autores e de um pensamento político que percorre um longo período, tendo influências na montagem da reflexão que se estrutura e dissemina a partir de meados dos anos 60. Talvez se possa dizer que, só então, o populismo encontra, em um integrante do grupo acima referido, seu mais importante teórico no Brasil: o professor de ciência política da Universidade de São Paulo (USP), Francisco Weffort. Por esta razão, torna-se necessária uma incursão especial a suas formulações.

3- O populismo na política brasileira: sindicato e Estado

Os trabalhos de Weffort são numerosos e mais uma vez este texto precisa recorrer a uma estratégia de escolhas para análise, a despeito de haver uma grande harmonia perpassando toda a reflexão do autor ao longo do tempo. De certa forma, pode-se assinalar em “Raízes sociais do populismo em São Paulo”, publicado em 1965 pela *Revista Civilização Brasileira* de Ênio da Silveira, um artigo de referência inaugural. Em 1967, seguem-se dois outros artigos importantes: “Estado e massas no Brasil”, também na revista acima citada¹⁰ e “O populismo na política brasileira”. Este último foi escrito para compor o número especial da revista francesa dirigida por Jean Paul Sartre, *Les temps modernes*, organizado por Celso Furtado. Seria, contudo, divulgado no Brasil em duas oportunidades relevantes: ao integrar a coletânea, já mencionada, que traduz o número da revista francesa e tem como título *Brasil: tempos modernos*, e ao compor o

⁹ O livro foi publicado pela Zahar, no Rio de Janeiro, na coleção Biblioteca de Ciências Sociais. Esta editora, assim como a Paz e Terra, tem papel significativo na divulgação de pesquisas na área das ciências humanas durante o regime militar.

¹⁰ É importante destacar sempre a importância de Ênio da Silveira, falecido em 1995, e da *Civilização Brasileira* para a divulgação do pensamento político brasileiro durante o período mais duro do regime militar. Como as duas editoras já citadas, outros lugares de sociabilidade intelectual serão pontos de referência neste contexto: o IUPERJ, no Rio de Janeiro, ligado às Faculdades Cândido Mendes; o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP); e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), ambos em São Paulo, sendo o último vinculado a Weffort, nos anos 70/80.

livro que reúne a produção de Weffort, em 1978, e que sugestivamente toma o nome deste artigo.¹¹ Por ser um texto emblemático e por ter circulado nacional e internacionalmente, foi selecionado como base para a análise da montagem da proposta interpretativa de Weffort.

Além da produção mencionada, o autor marcou presença com sua tese de doutorado, de 1968, apresentada à USP e incorporada, com revisões, ao seu livro de 1978; com dois importantes artigos, a saber, “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968”, *Cadernos CEBRAP*, n. 5, 1972 e “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)”, *Estudos CEBRAP*, n. 4, 1973¹²; e com um longo texto, publicado em três partes, em 1978/9, pela revista do CEDEC.¹³

Convém inicialmente situar que toda esta produção foi realizada num contexto de crise no pensamento das ciências sociais brasileiras, marcada pela necessidade imperiosa de explicar o golpe de 1964 e de, para fazê-lo, revisar as interpretações até então compartilhadas e utilizadas como guias de formulação política. Neste sentido, pode-se entender não só a reação a um paradigma analítico que recorria a causas de teor estrutural (sócio-econômicas, com destaque), como igualmente a opção por uma abordagem que privilegiará os atores políticos e que os colocará, inclusive, como alvo de críticas por escolhas realizadas em momentos estratégicos para o curso da história do Brasil. Daí o tom combativo de vários textos, os debates que suscitam e a emergência da “burguesia nacional” e do movimento sindical não mais em uma confortável posição de promotores do desenvolvimento do país. Daí também a centralidade do ator Estado e, sem dúvida, do tema do populismo, articulador por excelência desta tríade fundamental.

Para Weffort, simplificando muito, pode-se dizer que o populismo é o produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930, e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas.

Assumindo uma nítida perspectiva histórica, sua análise incidirá na construção de dois tempos para a investigação do referido processo. O tempo das “origens” do populismo, que o remeterá para um estudo da natureza da Revolução de 30 e dos confrontos políticos que dela se desdobraram; e o tempo da república populista de 1945-1964, com a experimentação da liberal-democracia. No que se refere às origens, trata-se de assinalar a crise do liberalismo oligárquico brasileiro e a necessidade do alargamento institucional das bases sociais de poder do Estado. Isto não significava,

¹¹ *Brasil: tempos modernos* tem uma segunda edição de 1977, da Paz e Terra no Rio de Janeiro. *O populismo na política brasileira* é de 1978 e também da Paz e Terra. Estes dois últimos volumes, com os quais estou trabalhando, integram a Coleção de Estudos Brasileiros da editora, cujo Conselho Editorial era composto por Antônio Cândido, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso.

¹² Este artigo suscita um debate, que se torna famoso na época, com Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins e que envolve tanto uma dimensão acadêmica, quanto uma dimensão militante de crítica e defesa das posições da liderança do Partido Comunista, que transcendia ao período em foco na análise: a conjuntura da redemocratização. Sobre o debate ver Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”, *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 3, 1978.

¹³ “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964”, *Revista de cultura contemporânea*, Ano 1, n. 1 e 2; *Revista de cultura política*, Ano 1, n. 1, São Paulo, CEDEC, 1978/9.

contudo, entender o evento de 1930 como uma revolução burguesa, mas justamente precisá-la como uma transformação ainda encabeçada por forças oligárquicas, capazes de tecer variadas alianças políticas.¹⁴ Dentre estas, figuram tanto aproximações com setores industriais econômica e politicamente pouco articulados, quanto aproximações com as chamadas classes médias urbanas e também com as classes populares emergentes.

Ou seja, o quadro analítico construído aponta para a instabilidade política do novo equilíbrio de poder, expressa quer na debilidade das “velhas” oligarquias rurais, quer na fraqueza das oligarquias “alternativas” e dos novos segmentos do empresariado urbano. É esta instabilidade que funciona como start para uma aproximação com as classes populares, percebidas e temidas pelos grupos dirigentes, mas sem condições organizacionais e ideológicas de pressionar por uma participação mais efetiva e autônoma.

Numa perspectiva teórica de sabor gramsciano, o autor proporá o conceito, que terá largo trânsito, de Estado de compromisso que é também um Estado de massas. Ou seja, a idéia do compromisso remeteria a duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seus limites e potencialidades. Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. Estilo de governo e política de massas integrando o núcleo do que seria o populismo da política brasileira.

Nesta formulação fica muito claro que o compromisso/apelo às massas - segmentos urbanos em geral - é um recurso para encontrar suporte e legitimidade em situação de crise de instabilidade, de incerteza política. Por isso, a categoria chave para descrever a relação que se estabelece entre líder e massas é a de “manipulação populista”, remetendo à idéia básica de controle e tutela do Estado, mas assumindo certas especificidades que exigem exame mais cuidadoso. Em primeiro lugar, pode-se dizer que Weffort rejeita a formulação presente no ensaio dos anos 50 sobre o ademarismo, anteriormente mencionado, que entende o populismo como um fruto do processo de “massificação”, segundo modelo europeu. Isto é, um processo sócio-econômico que atomizou e enfraqueceu os vínculos de solidariedade da classe trabalhadora, despolitizando-a; esvaziando-a de sua força original.

A categoria “manipulação” é proposta, portanto, não de forma unidirecional, mas como possuidora de uma intrínseca ambigüidade, por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas, quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas. Embora seja enfatizada a dimensão do “mascaramento” existente neste atendimento, já que os trabalhadores brasileiros eram fracos numérica e politicamente, não dispendo de tradições de luta como os europeus, o impacto da política populista é aqui vivenciado de maneira distinta (como acesso à participação política e social), e precisaria ser analisado a partir desta perspectiva. É interessante observar que Weffort

¹⁴ É bom assinalar que data de 1970 a primeira edição do hoje clássico livro de Boris Fausto, *A Revolução de 1930: historiografia e história*, São Paulo, Brasiliense. O consultor editorial de sociologia e história desta editora era o professor da USP Leôncio Martins Rodrigues.

chega mesmo a sugerir a substituição de “manipulação” por “aliança” como categoria mais precisa para o que deseja situar. Contudo, não há investimento nesta modulação nem por parte do autor, nem por parte de muitos outros que seguem suas pegadas.

Os motivos que iluminam a consagração da versão do populismo como política de manipulação de massas repõem a relação entre Estado e classes populares no centro das observações. É evidente, no caso, o reconhecimento da assimetria de poderes entre estes termos. Mas há mais do que isto. Há o desenho de uma relação em que um dos termos é concebido como forte e ativo, enquanto o outro é fraco e passivo, não possuindo capacidade de impulsão própria por não estar organizado como classe. As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeito nesta relação política, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente.

Neste sentido, se o paradigma de classe operária europeu (e outros) foi questionado, demandando-se uma ótica singular para a realidade brasileira, ele o foi para reforçar uma visão de que o que existe entre nós são massas -por definição desorganizadas e inconscientes-, e portanto alvo privilegiado da política de manipulação do Estado: do populismo. Quando o autor destaca a importância de se saber até que ponto os “interesses reais das classes populares foram efetivamente atendidos”, ou até que ponto elas funcionaram apenas como massas de manobra, pode-se sentir toda a tensão presente em sua formulação. No caso, a resposta encaminha uma espécie de “evolução” do populismo já que se estabelece uma relação “originária” de dependência que poderia ser minimizada com o tempo, pois implicaria ambigüidade no reconhecimento da própria cidadania das massas, consagrada por uma série de direitos legais. Aí residiria o núcleo da questão histórica da incorporação das massas à vida econômica e política do país e da possibilidade de, a despeito da manipulação, o processo ter sido vivenciado como positivo, especialmente durante os anos 50, a década de ouro do populismo.

Esta formulação é particularmente estratégica pois permite tanto uma interpretação para os acontecimentos de 1964, quanto uma leitura para o período inaugurado com a Constituição de 1946 e assinalado pelas limitadas transformações então implementadas. Em relação ao primeiro ponto, a crise dos anos 60 é situada como uma crise da manipulação populista.

“Com efeito, a manipulação das massas entrou em crise, isto é, abriu a porta a uma verdadeira mobilização política popular, exatamente quando a economia urbano-industrial começava a esgotar sua capacidade de absorção de novos migrantes e quando se restringiram as margens de redistributivismo econômico.”¹⁵

Um atento exame deste pequeno trecho pode ressaltar de um lado, o estreito vínculo estabelecido entre o esgotamento do modelo econômico de substituição de importações - das virtualidades do desenvolvimento industrial empreendido desde 1930 -, e o esgotamento do regime político que estaria dominado pelo dilema da

¹⁵ Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*, op. cit., p. 70.

realização das reformas de base ou do que se chamava o aprofundamento e internacionalização da industrialização.¹⁶ De outro lado, e mais significativo para esta análise, a interpretação é a de que se exauriram as condições históricas que permitiam o funcionamento da manipulação populista - da incorporação tutelada das massas -, chegando-se ao momento em que estas ganhavam autonomia, transformando-se finalmente em sujeitos políticos. Ou seja, a dependência originária estaria sendo rompida e o anacronismo vencido, o que teoricamente apontaria para uma situação favorável ao desenvolvimento de uma democracia não mais limitada, de uma democracia não mais populista.

Contudo, e este é o paradoxo que análises posteriores irão apontar¹⁷, são exatamente as condições tidas como próprias à democracia (industrialização, urbanização, informação e mobilização), que vão inviabilizá-la no Brasil de meados dos anos 60. Nestes termos, e em uma leitura sem dúvida perversa, não foi o populismo que limitou nossa experiência democrática, mas o que a possibilitou. Ora, é preciso deixar claro que este tipo de perspectiva não estava nos horizontes das formulações intelectuais dos anos 50, marcadas pelo otimismo do crescimento econômico e da participação política popular, inclusive por via eleitoral, embora igualmente atentas à ascensão de novas lideranças populistas.

A questão, voltando mais estritamente ao pensamento de Weffort mas não ficando reduzida a ele, era a do diagnóstico da incompatibilidade entre transformações econômicas e mobilização social, de um lado, e manutenção institucional da democracia, de outro. Esta tensão, representada como imanejável politicamente, só permitiria alternativas radicais quer pela realização “na marra” das reformas, quer por sua supressão, bem como a da mobilização popular. Sustenta-se, assim, o esgotamento completo do regime populista, que foi uma democracia incompleta e não uma democracia parlamentar plena, na qual tristemente não pôde se transformar.¹⁸

Por conseguinte, e mais uma vez de forma paradoxal, a análise desta experiência tornava-se fundamental para pensar os rumos de uma luta pela redemocratização. O período do pós-45 seria extremamente valorizado e nele as atenções se concentrariam nas relações entre Estado e movimento operário/sindical, base da manipulação populista.

¹⁶ Esta interpretação, muito compartilhada nos 60 e 70, vincula-se às análises desenvolvidas por Celso Furtado, sendo um bom exemplo o artigo “Obstáculos políticos ao crescimento econômico do Brasil”, *Revista Civilização Brasileira*, n.1, Rio de Janeiro, 1965.

¹⁷ Estou utilizando uma série de textos para tecer estes comentários, mas gostaria de destacar entre eles o livro de ROUQUIÉ, A., LAMOUNIER, B. e SCHARZER, J. (orgs.), *Como renascer as democracias*, Rio de Janeiro, Brasiliense, 1985 e, nele, os artigos de Bolívar Lamounier e Maria do Carmo Campello de Souza.

¹⁸ Análises já de meados dos anos 80 ressaltam como tal interpretação limita escolhas políticas e atribui a uma natureza sócio-econômica inevitável o curso do processo examinado. Ou seja, as questões são situadas como imanejáveis pelos atores, não havendo possibilidade de adaptação do regime político e de execução de qualquer proposta intermediária. O que se discute hoje é muito menos a radicalidade e determinação dos eventos sócio-econômicos e muito mais que sua representação como imanejável no quadro institucional da época conduziu à impossibilidade de sustentação da democracia. Sobre o tema ver Wanderley Guilherme dos Santos, *Sessenta e quatro: anatomia da crise*, São Paulo, Vértice, 1986; Argelina Figueiredo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política*, São Paulo, Paz e Terra, 1993 e Angela de Castro Gomes, “Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas” em Angela C. Gomes (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*, Rio de Janeiro, Relume Dumará/FGV, 1994.

De forma muito breve, o que se fará é elencar alguns pontos marcantes para o delineamento desta análise. A centralidade da conjuntura da redemocratização de 1945 é um deles. Momento privilegiado, verdadeira “encruzilhada na história”, ele marcaria um reforço da estratégia populista e do papel desordenador do Estado face ao movimento operário. Mas isto não ocorreria a despeito das lideranças deste movimento, em especial daquelas ligadas ao Partido Comunista, que optaram por uma aliança com Vargas, abrindo caminho para os desdobramentos políticos posteriores. Vale a citação:

“Pretendo sugerir que se a análise histórica do período anterior a 45 explica a ruptura existente no movimento operário e a perda de suas tradições, nem por isso se encontrava pré-determinado no após-guerra o rumo que o movimento operário deveria seguir. São as orientações vigentes em 1945-46, retomadas e afirmadas em 1950/4, que darão ao movimento operário as características que veio a possuir até 1964 como dependência do regime populista brasileiro.”¹⁹

O fim do Estado Novo emerge como um novo momento original do pacto populista, desta feita retirando de Vargas o monopólio da manipulação e atribuindo às lideranças politicamente engajadas uma especial responsabilidade pelos rumos do regime. Esta responsabilidade é tanto mais visível quanto é reiterada em 1950/4, quando Vargas retorna ao poder e finalmente comete suicídio. Há uma efetiva periodização, elaborada a partir da dinâmica política estabelecida entre Estado e movimento operário/sindical, onde os anos 50 se destacam por serem o momento de maior intensificação das pressões populares. O crescente enfrentamento que vinha ocorrendo entre as forças que sustentavam o pacto populista eclode quando o movimento popular assume formas novas e mais autônomas, materializadas especialmente pelos trabalhadores rurais.

O governo de Jânio Quadros, um líder populista de feição distinta, e o governo de João Goulart, o herdeiro de Vargas, encerram o longo ciclo inaugurado em 30. É emblemático que tenha sido este último o político identificado pela ruptura do pacto. O momento simbólico assinalado é o do abandono do Plano Trienal, em meados de 1963, com as saídas de Celso Furtado e SanTiago Dantas de seus postos governamentais. Como o caminho escolhido foi o das reformas radicais, já que a premissa era a da impossibilidade de soluções negociadas, o movimento militar de março de 1964 acabou por sepultar a república inaugurada em 1945.

Em fins dos anos 70 e inícios dos 80 este é um debate presente e marcante nas ciências sociais brasileiras. Além do importante texto de Weffort, publicado em três partes na revista do CEDEC e já citado, pelo menos uma outra contribuição pode ser mencionada pelo caráter de revisão do tema que assume. Trata-se do artigo de Regis de Castro Andrade, “Perspectivas no estudo do populismo brasileiro”²⁰, que procura fazer uma discussão conceitual e defender uma interpretação que se distanciaria daquelas que enfatizam a dimensão das alianças políticas tecidas pelo populismo. Neste sentido, sem reduzir a questão política à economia, importava não exagerar a independência da

¹⁹ Francisco Weffort, “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)”, *Estudos CEBRAP*, n.4, São Paulo, 1973, p. 71. Em 1978/9, Weffort dá continuidade a esta análise no CEDEC.

²⁰ Publicado em *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 7, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 41-86.

política, o que suscitava a idéia de um Estado tutelar, representante de uma “diversidade nacional”. O autor cita, como exemplo a se contrapor, as análises de Otavio Ianni e K. P. Erickson²¹, mas não é infundado estender suas observações à constituição da proposta de Estado de compromisso/ Estado de massas. Isto porque tais formulações têm nítida inspiração no conceito gramsciano de Estado bonapartista, modernizante, marcado pela ausência de hegemonia de classe e pela presença de um Estado arbitral.

Portanto, retomando a categoria populismo, R. C. Andrade irá defender a tese de que, a partir do Estado Novo, inaugurou-se no Brasil uma forma de supremacia burguesa cuja marca foi o “encobrimento” do governo direto da burguesia, através do controle de poderosos órgãos do poder Executivo e de seus ministérios. Quanto ao pacto entre Estado e massas populares, reconhecido por meio da legislação trabalhista, é reafirmado o controle das massas, mas é questionada a idéia que “reduziria” o populismo a um modelo de manipulação resultante de conflitos intra-elites. O que tais análises ignorariam, para o autor, era que o próprio controle populista necessitaria de um espaço de livre expressão das massas, para então transformar suas demandas em doações, apropriando-se, com antecedência, de qualquer projeto autônomo alternativo. Além disso, as pressões populares nunca seriam de fato espontâneas, estando sempre ligadas a lideranças organizadas (no PC, com destaque) politicamente.

Por estas duas ordens de razões, a manipulação (que não é descartada) jamais era completa, havendo momentos de mobilização progressistas e conservadores. Ou seja, por meio desta reflexão, está sendo afirmado não só o caráter francamente burguês do regime populista, como sua natureza ambígua e contraditória, tanto autoritária, quanto democrática. Um equilíbrio sem dúvida instável, que poderia ser rompido pelo crescente peso dos setores populares, sobretudo em situações de crise econômica ou política. Desta forma, todos os exemplos de mobilização ocorridos entre os anos 40 e 60 mostrariam esta dupla face: a do fortalecimento das forças populares e da crença em um Estado benevolente.

O que se deseja destacar, para finalizar este item, é como o debate sobre o conceito de populismo galvanizou as atenções dos cientistas sociais durante mais de uma década, envolvendo temas como: a natureza da Revolução de 30; o papel da legislação trabalhista e sindical; o caráter de nossa experiência democrática de pós- 1945, além de iluminar as razões do movimento militar de 1964. As muitas nuances para delinear o conceito, próprias às formulações de cada autor, não foram obviamente aqui contempladas, desejando-se registrar apenas a contribuição possivelmente mais influente - a de Weffort -, não só por fazer escola, como igualmente por suscitar polêmicas e variações sobre o mesmo tema. Contudo, como se buscou apontar com o texto de Regis de Andrade, ainda que se procurasse, em fins dos anos 70, flexibilizar a idéia de manipulação e reforçar ainda mais a ambigüidade existente no conceito de populismo (ambigüidade por sinal presente em Weffort), sua utilização era quase uma

²¹ Um dos trabalhos mais importantes de Ianni é *O colapso do populismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968 (uso a 3 ed. de 1975), com relevo para sua segunda parte intitulada “Populismo e nacionalismo”, onde o autor relaciona política de massas e nacional-desenvolvimentismo. O influente livro de Kenneth Paul Erickson é *Sindicalismo no processo político brasileiro*, São Paulo, Brasiliense, 1979, fundado em pesquisas realizadas em 1966/7, para seu doutorado.

imposição pelo compartilhamento já alcançado e pela falta de versões alternativas de maior trânsito.

4- O populismo, de pedra à vidraça

Também em fins dos anos 70 e inícios dos 80, pode-se localizar uma crescente insatisfação com o uso do conceito e o início de um esforço mais sistemático no sentido de elencar as questões teóricas e históricas que, nesta abordagem crítica, ele obscureceria. É possível associar, mais uma vez e sem mecanicismos, esta busca de novos ângulos interpretativos às transformações que a sociedade brasileira vivenciava, particularmente no que diz respeito ao “renascimento” de movimentos sociais diferenciados, dentre os quais o grande destaque residia na retomada do sindicalismo. O governo do general Geisel, em curso, anunciava uma distensão “lenta e gradual”, o que tornava imperativo pensar uma próxima - não se sabia o quão próxima - experiência de Assembléia Nacional Constituinte. Classe trabalhadora, mobilização política e redemocratização estavam na ordem do dia, desdobrando-se em anistia, eleições diretas e organização sindical.

Mudanças também ocorriam nas referências intelectuais disponíveis para pensar o país, já que, a nível internacional, este é um rico momento de debates na área da história e das ciências sociais, gerando o que se tornará conhecido como a crise dos paradigmas totalizadores, fossem funcionalistas, estruturalistas ou marxistas. Gramsci, muito utilizado nas análises sobre o fenômeno populista no Brasil, começava a ganhar competidores dentro do próprio campo marxista que se renovava, merecendo destaque a contribuição de E. P. Thompson, pelo impacto que teve na produção acadêmica brasileira. Neste caso, é significativo o abalo sofrido por orientações marxistas de fundo teleológico que postulavam um certo modelo de consciência de classe revolucionária para o operariado, permitindo todo um conjunto de interpretações que se respaldava no desvio ou na inconsciência daqueles atores quando, não preenchendo os requisitos delineados, interferiam nos rumos dos acontecimentos históricos que insistiam em não seguir o curso imaginado.²²

Correndo certamente um risco ainda maior do que o que já vem sendo enfrentado, a estratégia deste texto será a de selecionar o meu próprio trabalho como exemplo de debate com a proposta populista. Alternativa que se afigura pretenciosa, mas que se não fosse contemplada faria o investimento soar falso, uma vez que algum texto precisaria ser tratado, e mencionar minha própria produção facilita o recebimento de críticas.

*A invenção do trabalhismo*²³ começou a ser pensada e produzida exatamente no contexto acima referido. Seu objetivo era dialogar com enfoques que até então eram muito abrangentes nos estudos sobre movimento operário/sindical e que,

²² Nos limites de um texto como este, tais observações funcionam apenas como sinalização, não havendo qualquer intenção de analisar a recepção no Brasil de tão importante debate e contribuições específicas.

²³ Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo* (São Paulo, Vértice, 1988 e Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994) foi minha tese de doutoramento em Ciência Política, defendida no IUPERJ sob orientação de Wanderley Guilherme dos Santos, em 1987.

posteriormente, ganharam a denominação de “sociológico” e “político”.²⁴ Mas a preocupação dominante não era a de fazer uma discussão teórica (que, de resto, vinha sendo realizada), e sim, assumindo uma perspectiva interdisciplinar, produzir uma interpretação histórica alternativa, fundada em pesquisa empírica mais demorada e iluminada pelas novas contribuições da produção internacional sobre a formação da classe trabalhadora.

Neste sentido, uma série de pontos se colocavam como objeto de flexibilização e/ou de questionamento. Em primeiro lugar, tratava-se de repensar a ruptura assinalada pela Revolução de 1930 como instauradora de dois “tempos” para o movimento operário, onde um se afigurava como “heróico” e o outro como “alienado”. Isto ocorreria tanto porque mudara radicalmente a composição social da classe trabalhadora, não mais formada por imigrantes estrangeiros (qualificados e politizados) e sim por migrantes rurais (desqualificados e sem tradições políticas); quanto porque 1930 seria o marco da intervenção desordenadora do Estado, aspectos que, associados, produziriam um verdadeiro desmonte da classe.

A alternativa era não apenas construir laços de continuidade e marcos de descontinuidade entre os dois tempos, já que de forma alguma transformações eram ignoradas e negadas, como igualmente defender, teoricamente, que um processo histórico de construção de classe não sofre “desvio”, pois não há um modelo prévio de percurso a ser seguido e muito menos um resultado modelar a ser alcançado. Tais formulações implicavam considerar uma classe trabalhadora diversificada e afastada de purismos ideológicos, e uma ação estatal como variável de interlocução, o que precisava ser qualificado para além de uma intervenção espúria que quebrava a ordem natural de um processo.

Portanto, a idéia era investigar a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo a ela, durante todos os “tempos”, um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades. A abordagem se recusava a atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva, não importando se mais ou menos completa. Aqui residia a grande dificuldade, teórica e histórica, de utilização do conceito de populismo que, como foi visto, remetia à idéia de manipulação política, ainda que se reconhecessem todas as suas ambigüidades. Por razões que se prendiam a seu próprio uso compartilhado, tudo o que estivesse qualificado como populista enfatizava a dimensão de controle/ação do Estado **sobre** as massas, pois inclusive uma das questões mais complexas desta formulação era a própria negação do estatuto de classe (por falta de organização e consciência) aos trabalhadores inclusos nestas massas que, sem dúvida, os extrapolavam.

Atribuir aos trabalhadores um papel ativo, vale dizer, uma presença constante na interlocução com o Estado, significava reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes de se apropriar e reler as propostas político-ideológicas um do outro. Tal postura afastava a dicotomia, muito vigente, entre autonomia e heteronomia da classe, como forma de designar e explicar a ausência de lideranças “verdadeiras” e a “falta de consciência” ou a “consciência

²⁴ O artigo que assinala e consagra esta terminologia é o de Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”, op. cit.

possível”. Este aspecto era importante porque vinculava-se à explicação do sucesso das lideranças populistas, nunca oriundas da classe, e por isso mesmo tendo o poder de colocar sob suspeição aqueles que com elas se relacionavam, no caso, as lideranças sindicais pelegas do regime populista, entre ingênuos e traidores.

Como desdobramento deste ponto, seguia-se a utilização da categoria cooptação como o reverso da representação, ou talvez, ainda que de forma imprecisa, como a atuação sobre aquele que é manipulado/enganado. Ser cooptado excluía assim uma relação de troca, esvaziando o sujeito da cooptação de qualquer poder (inclusive o de ter suscitado a cooptação), e transformando-o em objeto que é, por definição, incapaz de negociação.

Por estas inúmeras razões, que se prendiam ao efeito obscurecedor que o sentido do conceito de populismo acarretaria, a opção do trabalho foi rejeitar seu uso, muito embora não haja nele uma argumentação explícita, como a que se fez agora, sobre esta decisão. Ela, sem dúvida, está implícita, em particular quando se propõe assumir a designação de pacto trabalhista para pensar as relações construídas entre Estado e classe trabalhadora, escolhendo como momento estratégico de sua montagem os anos do Estado Novo.

A idéia de pacto procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um todo-poderoso Estado, nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente. A lógica deste pacto, cuja efetivação estava sendo datada, precisava ser entendida numa perspectiva temporal muito mais ampla, que conectava o período do pré e do pós-30 e as experiências aí vivenciadas pela classe trabalhadora e pelo Estado. Neste aspecto particular, o trabalho procurava se contrapor a uma forte interpretação que explicava o sucesso populista como o resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados por obediência política, claramente referida à dimensão da manipulação.

A proposta realizada, já no marco de contribuições teóricas ligadas à dimensão cultural da política, assinala que o discurso trabalhista, articulado em inícios dos 40, apropria-se e resignifica o discurso operário construído de forma lenta e diversificada nos anos da Primeira República. Os benefícios materiais “oferecidos” e implementados, como todas as análises anteriores reconhecem com intensidades variadas, bem como a própria forma com que vêm revestidos, serão “recebidos” e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências. O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente re-construção.

Se a referência teórica mais geral é esta, ela não prescinde, ao contrário, exige ser atualizada em cada caso de estudo histórico específico. Este reconhecimento pode abrir perspectivas para repensar, nos anos 30/40, as razões de participação dos trabalhadores na implementação do modelo de sindicalismo corporativo (o que chega a ser mencionado), e nos anos 50/60, a complexa dinâmica de atuação política que envolve

sindicatos, partidos e Estado (o que não chega a ser tratado), e que tem na questão da experiência/vivência do corporativismo seu ponto forte.²⁵

Como se pode facilmente depreender, *A invenção do trabalhismo* é apenas um dos exemplos de interlocução com o conceito de populismo, e certamente não é um dos que toma a fundo o aberto debate teórico. Contudo, nos limites deste texto, ele funciona ilustrando preocupações, objeções e propostas alternativas que foram crescentemente sendo compartilhadas por outros autores. Entretanto, é preciso reconhecer que o estabelecimento deste debate está longe de ter abalado o trânsito do conceito de populismo.

5- Um gato de sete vidas

Apenas como demonstração da afirmação acima, vale a pena trabalhar com uma publicação recente, organizada por Evelina Dagnino e intitulada *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, cuja primeira parte é dedicada ao tema do populismo.²⁶ Para o espaço restrito deste texto, um dos artigos é particularmente interessante: “A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina”, de Décio de Azevedo M. Saes.²⁷

O autor parte exatamente da interrogação sobre uma possível reemergência do fenômeno populista, respondendo afirmativamente e procurando caracterizar as novas formas que ele estaria assumindo nos anos 90. Por esta via, traça-se uma espécie de tipologia onde se procura distinguir entre um “populismo clássico”, vigente entre as décadas de 1930-1960 e interrompido pelo regime militar, e um “populismo neoliberal”, que estaria atualizando aquela matriz política após a reativação do processo eleitoral e do pluripartidarismo, instalados nos anos 80. Haveria assim um “neopopulismo” não só brasileiro, mas latino-americano, interferindo nas expectativas de consolidação da democracia no continente.

Trabalhando com a idéia de um processo crescente de “personalização da política”, próprio às sociedades capitalistas atuais que alimentam uma “autonomização” da personalidade individual e um “imperialismo da vida privada sobre a vida pública” como valores político-sociais, o autor procura explicar a reemergência do fenômeno de lideranças carismáticas, inclusive no interior de organizações de esquerda. Este fato, segundo ele, poderia conviver com um contexto de reativação eleitoral e partidária (portanto, o fortalecimento dos partidos não é um “horizonte natural” dos anos 90) e com a difusão da midia eletrônica, mas estaria igualmente associado aos vínculos que as lideranças conseguem manter com os setores populares a serem incorporados socialmente.

Este modelo reteria do anterior o princípio básico de que é o líder/governo que atua como sujeito da política, sendo os setores populares objeto de políticas públicas, donde seu conteúdo autoritário e seu apelo direto ao povo. Contudo, ele se

²⁵ Vários estudos foram produzidos a partir dos anos 80 discutindo as questões aqui apontadas. Gostaria de citar o nome de alguns autores, por vezes com mais de um trabalho, apenas como registro: Elina Pessanha; Regina Morel; José Ricardo Ramalho; José Sérgio Leite Lopes; Carla Anastásia; Angela Araújo; Marcelo Badaró Mattos; Ana Lúcia Oliveira.

²⁶ Evelina Dagnino (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1994.

²⁷ O artigo (p. 41-8) sofrerá, obviamente, muitas simplificações nesta rápida síntese de seu argumento.

distinguiria radicalmente do “populismo clássico” ao construir um discurso político antiestatizante, rompendo com uma tradição sólida e lentamente construída no Brasil, que vincula estatismo ou estatização a signos de nacionalismo e desenvolvimento. Ou seja, seria pelo desmonte do Estado, identificado inclusive com a experiência populista, que o governo asseguraria, através do mercado, uma nova mecânica redistributiva.

Daí a designação de populismo neoliberal e o cuidado em observar que tal proposta trabalha com dados coerentes da realidade social ao evocar o fracasso do welfare state e os índices de corrupção política mais visíveis pela disseminação das informações.

Uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo e uma nova experiência liberal-democrática estariam, nesta interpretação, gerando um novo populismo. Esta abordagem fica ainda mais reforçada se a ela forem agregados alguns elementos presentes no artigo de Marilena Chaui, da mesma coletânea.²⁸ Para esta autora, o populismo no Brasil poderia ser pensado segundo uma matriz teológico-política e funcionaria como uma mitologia fundadora tanto para as classes dominantes, quanto para as classes dominadas. Ela defende que a própria organização da sociedade brasileira é autoritária - verticalizada e hierarquizada -, havendo assim uma retroalimentação entre sociedade e mitologia/política.²⁹

Esta situação trágica explicaria tanto a impossibilidade da efetuação da idéia liberal-democrática de política no Brasil, baseada nas noções de cidadania e representação, quanto a impossibilidade de sustentação do valor socialista da justiça social. Pela mesma razão profunda, não superaríamos a matriz mística do populismo, que se renovaria, sistematicamente, como perspectiva messiânica para os setores populares.

É impossível, para quem trabalha com pensamento social brasileiro, não sentir o eco de vozes que, muito antes dos anos 50, na verdade desde os inícios do século, diagnosticavam o caráter insolidário de nossa sociedade e nele plantavam as raízes de um inevitável (embora, talvez, transitório) forte Estado autoritário. Se para alguns destes pensadores este diagnóstico era também um desejo a ser realizado, para outros ele era um tormento a ser evitado, não se sabia bem como.³⁰

Hoje, às vésperas de um novo milênio, talvez se possa pensar a reemergência do populismo como uma atualização de nossa tragédia. Confesso, para concluir, que me preocupo menos com o sucesso ou insucesso da categoria - pela qual, como ficou claro, não tenho apego -, do que com o que ela guarda de dramático e emblemático da política brasileira, condenada ao autoritarismo. Quem sabe, como uma criança, entre a razão e a esperança eu me negue a fazer escolhas e, com ambas, procure conviver.

[Recebido para publicação em agosto de 1996]

²⁸ O artigo é “Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados”, op. cit., p. 19-30.

²⁹ “Ao dizer que a sociedade brasileira é autoritária estou pensando em certos traços gerais das relações sociais que se repetem em todas as esferas da vida social (da família ao Estado, passando pelas relações de trabalho, pela escola, pela cultura).” Na p.27 do artigo acima citado e, para o que se está destacando, os trechos que se seguem.

³⁰ Sobre o tema ver Angela de Castro Gomes, “A dialética da tradição”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 12, vol. 5, 1990, p. 15-27.